

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Partidarização das PMs em crescimento

Relatório da senadora Eliziane Gama (PSD-MA), aprovado ontem, apontou que a politização das polícias só cresce. Entre 2010 e 2018, a quantidade de policiais e de militares das Forças Armadas eleitos deputados federais aumentou 950%, segundo pesquisa do Instituto Sou da Paz, citado no relatório de Eliziane. Ela também mencionou uma análise realizada pelo portal UOL segundo a qual, de cada 58 policiais militares na ativa, um se candidatou a um cargo eletivo desde 2010. Em 2018,

houve 1.146 candidatos oriundos das forças de segurança, metade deles policiais militares. Desses, 77 foram eleitos, sendo 43 do PSL, partido pelo qual Jair Bolsonaro se elegeu presidente. Nas eleições de 2022, oito em cada 10 policiais candidatos se definiam como de direita ou extrema-direita, segundo pesquisa do sociólogo Renato Sérgio de Lima, chefe da Divisão de Estudos Socioeconômicos da Fundação Seade e coordenador científico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Risco de omissão

No relatório, a senadora Eliziane Gama cita o especialista em organizações policiais e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rafael Alcadiapani que aponta um perigo decorrente da partidarização da PM: o risco de omissão — ou seja, de policiais decidirem não agir diante de correligionários extremistas e violentos. É o que ela acredita ter ocorrido no 8 de janeiro.

40% dos policiais defendem golpistas

Levantamento do Fórum de Segurança Pública, mencionado no relatório da CPMI do 8 de janeiro, realizado com policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, penais e guardas municipais aponta que 19,4% concordam totalmente, e outros 20,5% concordam parcialmente, com a afirmação de que “a invasão (aos prédios da Praça dos Três Poderes) é condenável e não pode ser tolerada, mas as pautas defendidas pelos invasores eram legítimas e não atentam contra a democracia”. A pesquisa foi realizada entre 24 e 27 de janeiro. A maioria, no entanto, pensa diferente: 38,5% discordam totalmente e 13% discordam parcialmente.

Contaminação

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública também perguntou se as forças de segurança pública estão contaminadas pelo discurso político e partidário, o que atrapalha as atividades-fim das polícias. Para tal questão, 39,9% disseram ter total concordância, enquanto 23% concordam parcialmente, frente a apenas 18,4% que discordam totalmente e 12,9% discordam parcialmente. Mais de 60% dos integrantes das forças de segurança, além de assumir que existe uma influência da política dentro das polícias no Brasil, compreendem que isso atrapalha as atividades.

Terreno fértil

Para a relatora da CPMI do 8 de janeiro, o terreno para a radicalização das forças de segurança pública sempre foi fértil no país. Segundo a senadora, os agentes são, em regra, sub-remunerados; têm pouco reconhecimento social; contam com infraestrutura de apoio precária; e são mais suscetíveis ao adoecimento psicológico, fruto da permanente exposição ao risco — que gera sucessivos estados de alerta — e da organização por turnos de trabalho, em sistema de escala, o que altera a fisiologia do sono. Ou seja, policiais vivem estressados e ávidos por reconhecimento social e financeiro.

Bancada da segurança

A bancada da segurança pública é forte na Câmara Legislativa do DF. Entre os 24 deputados distritais, quatro representam as forças: o presidente, Wellington Luiz (MDB), a deputada Jane Klebia (MDB), ambos da Polícia Civil; o deputado Hermeto (MDB), da Polícia Militar; e Roosevelt Vilela (PL), do Corpo de Bombeiros. Hermeto é o relator da CPMI dos Atos Antidemocráticos. No DF, a proporção de candidaturas de representantes das forças de segurança cresceu nas últimas eleições. Dos 860 nomes que disputaram em 2022, 85 fazem ou fizeram parte dos quadros dessas corporações. O total inclui policiais e bombeiros militares — da ativa e reformados —, integrantes das Forças Armadas e policiais civis. O grupo representou cerca de 10% das candidaturas, segundo levantamento do **Correio**, com base nas informações de registro na Justiça Eleitoral. Em 2018, eram 7,3% do total. Quatro anos antes, 9,5%.



Ed Alves/CB/D.A.Press



Divulgação Gabinete



Ascom/CLDF



Carlos Vieira/CB/D.A.Press

Dawood NEMER / AFP



Frente parlamentar da Palestina

Na mesma onda do diretório nacional do PT, o vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), propõe a criação de uma frente parlamentar na CLDF em defesa dos palestinos.

Sabatina marcada

Será na próxima quinta-feira a sabatina da advogada Daniela Teixeira e dos desembargadores José Afrânio Vilela, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e Teodoro Santos, do Ceará, para vagas destinadas à Justiça Comum nos estados abertas em decorrência da aposentadoria do ministro Jorge Mussi, em janeiro, e da morte do ministro Paulo de Tarso Sanseverino, em abril. Daniela vai suceder o ministro Félix Fischer em vaga reservada à advocacia. No mesmo dia, vencida a etapa da sabatina, as indicações serão submetidas ao plenário do Senado.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Prefeito de Luziânia inicia Tarifa Zero no transporte público

Uma das principais promessas de campanha do então deputado estadual e candidato a prefeito de Luziânia (GO), Diego Sorgatto, foi a de zerar a tarifa do transporte público no município. Apesar das dificuldades de sua gestão, Sorgatto enviou para a Câmara de Vereadores ontem o projeto que cria os dispositivos para que a prefeitura possa subsidiar integralmente o transporte público municipal: “Apesar de termos recebido a prefeitura com dívidas de mais de R\$40 milhões e sem nenhum recurso em caixa, fizemos uma grande tarefa fiscal para que a gente pudesse recuperar a saúde financeira do município, planejar a execução dessa política pública, e assim implementar a gratuidade da tarifa no transporte para a nossa comunidade”, explicou o prefeito. A previsão é de que o projeto seja aprovado hoje.

Reprodução/Instagram



Subsídio

Ainda de acordo com o prefeito, atualmente o município já subsidia o transporte público na cidade em R\$ 150 mil por mês. Uma medida realizada no final do segundo ano de seu governo para evitar o aumento das passagens. Dados de 2020 apontam que apenas 16 municípios no Brasil possuem programa semelhante. Dos 242 municípios do estado de Goiás, apenas um oferece a gratuidade, é a cidade de Anicuns, com 21 mil habitantes. Desta forma, Luziânia será a única cidade do estado com expressiva quantidade de habitantes a ter o programa de fato implementado e operado de forma eficiente.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | GABRIEL MAGNO (PT) | DEPUTADO DISTRITAL

Ao *CB.Poder*, o parlamentar destacou que a CPI da CLDF, prorrogada, irá revelar mais responsáveis pelo 8 de janeiro

"Houve uma falha em cadeia"

» PEDRO MARRA

O deputado distrital Gabriel Magno (PT) foi o convidado de ontem do *CB.Poder* — programa da TV Brasília em parceria com o **Correio** — e destacou o trabalho feito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), que foi prorrogada, em agosto, por mais 90 dias. Na bancada, os jornalistas Renato Souza e Roberto Fonseca perguntaram como deve ser o trabalho no restante do segundo semestre.

Como vai ser o trabalho da CPI dos Atos Antidemocráticos daqui para frente?

É preciso avançar nessas investigações que o relatório propõe para a gente tentar entender em qual camada tinha um real envolvimento de omissão ou participação. Traz para a CPI da Câmara Legislativa essa tarefa de aprofundar nesse debate e continuar as investigações e as oitivas daqueles que eram responsáveis pela manutenção do esquema de segurança. Escutamos muita gente e ficou evidente que

“Este resto de ano tem esse papel de revelar e tentar aprofundar esse debate. O que marca o relatório é que desmontou a tese que tentavam negar, da tentativa de golpe de estado”, avalia Magno.

Para o parlamentar, a citação do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) comprova uma tese defendida na CLDF: os atos antidemocráticos foram planejados. “Tinha várias recomendações para não permitir que os manifestantes descessem até a Esplanada”, destaca o deputado distrital.

houve falha na inteligência, execução, planejamento e no operacional. Foi uma falha em cadeia. Este resto de ano que temos de CPI da CLDF tem esse papel de revelar e tentar aprofundar esse debate. O que marca o relatório é que desmontou a tese que tentavam negar, da tentativa de golpe de Estado, daqueles que tentavam negar o 8 de janeiro, que tinham uma tese estapafúrdia de infiltrados.

O governador Ibaneis Rocha foi citado no relatório final da

Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



senadora Eliziane Gama (PSD) na CPMI do Senado, que pediu um aprofundamento das investigações em relação a ele...

Acho que comprova uma tese que estamos defendendo na CPI da Câmara Legislativa. Ela foi planejada do ponto de vista global, e entrou e capturou um setor aqui do Distrito Federal, das forças de segurança do DF. Houve, de fato, um descompromisso e um descuido muito grande por parte do governo, que era responsável pela segurança do Distrito Federal e

da própria Esplanada dos Ministérios. Os documentos mostram que o diretor-geral da Polícia Federal e o ministro da Justiça autorizaram o governador a pedir o uso e emprego da Força Nacional, e ele não fez. Tinha várias recomendações para não permitir que os manifestantes descessem até a Esplanada. Especialistas em segurança pública que foram à CPI dizem que o grande problema foi as pessoas terem cruzado a Rodoviária e terem descido. Ali, deveria ter tido uma barreira. O que vimos no

dia 8 de janeiro foi a própria Polícia Militar escoltando os manifestantes para chegarem na Praça dos Três Poderes.

O que está previsto no calendário da CPI da CLDF?

A gente ainda está montando esse calendário. Vários requerimentos de oitivas já foram aprovados. A próxima, desta semana, é de um policial militar que está aposentado, mas que era considerado o pastor do acampamento em frente ao Quartel General (QG) do Exército Brasileiro. Ele, que está preso, estava presente no QG. Os indícios mostram que ele ajudava a organizar esse processo. A questão do acampamento em frente ao QG é uma questão importante também para continuar aprofundando esse debate. Por que a permissividade? Por que ele ficou lá tanto tempo? Por que ninguém tirou?

Acredita que ficou clara a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro nessa tentativa de golpe de Estado?

Ficou evidente, não só por todas as atitudes dele durante o governo, inflamando a população contra o sistema eleitoral e contra as urnas eletrônicas e contra a própria esquerda. São várias as declarações do Jair Bolsonaro enquanto era presidente da República, que tinha que metralhar os pevistas e metralhar a esquerda brasileira e criminalizar um partido político, descredenciando da Justiça Eleitoral e da própria democracia brasileira, referendando ditadores e torturadores. Quando acaba a

eleição, no processo da disputa eleitoral, ele não reconhece o resultado das urnas e incentiva as pessoas a irem para a porta do Quartel General. E sai dos seus aliados mais próximos a minutos do golpe e de consulta ao Alto Comando das Forças Armadas dessa possibilidade.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista o *C.B.Poder* com o deputado distrital Gabriel Magno (PT)